

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1356278 - PR (2018/0226598-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : EVERALDO TEBINCA
ADVOGADO : LEANDRO COELHO - PR057519
AGRAVADO : ANA MOREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO : CALOTA FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO : CLARICE GIL DOS SANTOS
AGRAVADO : LILA GAUDEDA DOS SANTOS
AGRAVADO : MARIO ROSA DOS SANTOS
AGRAVADO : MARIA JESUS DOS SANTOS
AGRAVADO : TERESA OLGA RAIMUNDO
AGRAVADO : JOSE RAIMUNDO
AGRAVADO : ZENI VIDAL MARTINS
AGRAVADO : ANTONIO PEREIRA MARTINS
ADVOGADO : SUELI TOMOKO ANDO - PR041694
INTERES. : IVO HEMPKEMEIER
INTERES. : CINILDA FERREIRA DOS SANTOS HEMPKEMEIER

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SEGUNDO AGRADO INTERNO INTERPOSTO CONTRA A MESMA DECISÃO. NÃO CABIMENTO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE OU UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. RECONHECIMENTO DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRADO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro o princípio da unicidade ou unirrecorribilidade recursal, caracteriza-se a preclusão consumativa quando interposto mais de um recurso contra a mesma decisão. Precedente.

No caso, o presente agravo interno é o segundo interposto, em desafio à mesma decisão monocrática já impugnada, o que evidencia a sua inadmissão.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator